

FACULDADE DOCTUM DE ADMINISTRAÇÃO DA SERRA

ARIANY DOS SANTOS SILVA LANES

ELAINE SILVA BONENT

STEFANI DOS SANTOS SILVA LANES

SUSTENTABILIDADE, O DESAFIO EMPRESARIAL DO SECULO XXI.

SERRA

2016

ARIANY DOS SANTOS SILVA LANES

ELAINE SILVA BONENT

STEFANI DOS SANTOS SILVA LANES

SUSTENTABILIDADE, O DESAFIO EMPRESARIAL DO SECULO XXI.

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Faculdade Doctum de Administração da Serra como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador (a): Professor (a) JAKLINE STOFEL DE OLIVEIRA

SERRA

2016

ARIANY DOS SANTOS SILVA LANES
ELAINE SILVA BONENT
STEFANI DOS SANTOS SILVA LANES

SUSTENTABILIDADE, O DESAFIO EMPRESARIAL DO SECULO XXI.

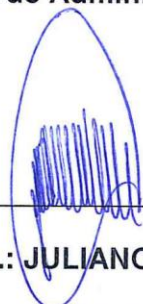
Artigo Científico apresentado à Faculdade Doctum de Administração da Serra como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Administração

Aprovada em 13 de Dezembro de 2016.

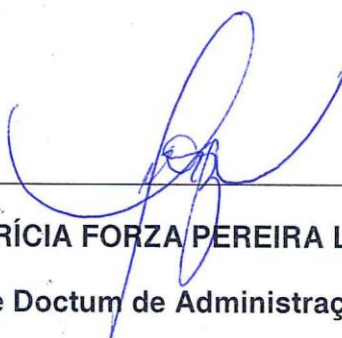
COMISSÃO EXAMINADORA:



Prof.º. Me.: **JAKLINE STOFEL DE OLIVEIRA**
(Faculdade Doctum de Administração da Serra)



Prof.º. Esp.: **JULIANO MALTA**
(Faculdade Doctum de Administração da Serra)



Prof.º. Esp.: **FABRÍCIA FORZA PEREIRA LIMA DE OLIVEIRA**
(Faculdade Doctum de Administração da Serra)

SUSTENTABILIDADE, O DESAFIO EMPRESARIAL DO SÉCULO XXI¹.

LANES, Ariany dos S. SILVA; BONENT, Elaine SILVA; LANES, Stefani dos S. SILVA².

RESUMO

O estudo teve por objetivo evidenciar fatos importantes acerca de sustentabilidade empresarial, utilizando como objeto de estudo as empresas O Boticário e Fibria, por conseguinte os desafios e os benefícios da implantação das práticas sustentáveis em toda cadeia produtiva das organizações. A pesquisa reafirmou toda evolução do pensamento e das práticas sustentáveis ao longo dos anos. Foram ressaltadas características importantes nas ações dessas empresas, como o engajamento dos stakeholders, a escolha minuciosa da matéria prima e entre outras. Tudo isso com o intuito de comprovar que atitudes como essas influenciam no desenvolvimento da organização de maneira consciente e sustentável. Com os resultados obtidos, concluem-se que as empresas utilizam as práticas sustentáveis por se sentirem responsáveis pela utilização dos recursos naturais e pelo que devolvem ao meio ambiente. Logo, as empresas deixam para trás a ameaça da extinção e abraçam lugares privilegiados nas vantagens competitivas no mercado exigente atual.

Palavras-Chave: desenvolvimento sustentável, ecoeficiência, stakeholders, vantagem competitiva.

1 INTRODUÇÃO

Desde o início, o planeta vem passando por transformações, para acompanhar as mudanças no estilo de vida do homem a natureza veio se adaptando, porém com o fim da revolução industrial e o forte desejo do homem em desenvolver-se a qualquer custo, houve um agravamento da degeneração ambiental do planeta, o que consequentemente gerou fortes impactos ambientais e muitos deles irreversíveis. Com os sinais de falência dos recursos naturais acendeu a preocupação de grandes lideranças mundiais que a partir de uma conferência em Estocolmo traçaram

¹ O presente texto corresponde ao Trabalho de Conclusão de Curso de Administração e foi produzido como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração.

² Alunos do curso de Administração da Faculdade Doctum de Administração da Serra turma 2016/2 E-mail dos autores: arianylanes@gmail.com; naniliul@hotmail.com.br; stefani.lanes.alves@gmail.com

estratégicas para se conciliar crescimento e desenvolvimento sem agredir o meio ambiente.

Entretanto, o tema não pode ser romantizado, uma vez que, os desafios a serem superados são enormes, a começar pela conscientização e disseminação do tema sustentabilidade que é de responsabilidade de todas as camadas, sejam econômicas, sociais e ambientais.

As empresas encabeçam o topo da lista quando o assunto é crescimento e desenvolvimento econômico, contudo o mercado atual exige um novo direcionamento das mesmas para se sustentarem de forma competitiva no mercado em que atuam.

As organizações precisam conduzir a sua imagem em companhia dos stakeholders, a fim de obterem significativas mudanças. Mudanças essas, que deem atenção e foco à sustentabilidade.

O objetivo deste artigo é demonstrar a relevância nas organizações, seja de qualquer natureza, de se aplicar a sustentabilidade propriamente dita, e não somente como para vantagem competitiva. É ainda para trazer à reflexão todo mundo tripolar, governo, empresa e sociedade, com a finalidade de disseminar que o problema sustentável atual só será mudado e/ou amenizado se todos se reunirem na luta pelo meio ambiente.

Atualmente empresários visionários já enxergam que os benefícios de se ter um empreendimento sustentável é requisito fundamental para não se enquadrar nas estatísticas de empresas extintas no mercado competitivo do século XXI. Os consumidores, investidores, bancos, e entre outros que nos dias atuais são mais conscientes e, portanto optam por adquirir os produtos de empresas sustentáveis e que praticam de fato a sustentabilidade.

A metodologia utilizada para a elaboração do presente artigo foi descritiva, exploratória, recorrendo a bibliografias, sites, relatórios sustentáveis publicados entre 2012 a 2016 e artigos científicos.

Este artigo divide-se em tópicos, como: sustentabilidade ambiental e sua origem; desenvolvimento sustentável; reindustrialização e desindustrialização; sustentabilidade nas empresas; economia verde; como medir a sustentabilidade nas organizações; sustentabilidade nas empresas: como chegar lá; Vantagens

empresariais ao investir em sustentabilidade; e os estudos de caso das empresas O Boticário e Fibria.

2 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E SUA ORIGEM

O fim da Revolução Industrial trouxe consigo um consumo desenfreado e com ele o aumento da poluição, que por sua vez contribuiu significativamente para o agravamento da degradação ambiental do planeta, e esse aumento do consumo dos recursos naturais e descarga de resíduos de forma consciente, resulta em fortes impactos ambientais crescentes, de tais formas que chegam a comprometer as gerações atuais e futuras, o que vai de encontro com a definição segundo o Relatório Brundtland (CMMAD, 1987).

O Relatório Brundtland é um documento nomeado como Nosso Futuro Comum, firmado em 1987 pela primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, onde definem o movimento sustentável como um movimento que tem o principal objetivo de satisfazer as necessidades presentes e atuais do mundo, sem atingir a capacidade das gerações futuras de suprir suas necessidades, com a utilização dos recursos naturais (CMMAD, 1987).

Até então, segundo MORAIS (2014) as emissões de gases e descartes advindos de atividades humanas permaneciam em locais isolados e por tanto eram de mais fácil absorção pela natureza, além de serem de origem orgânica, o que entra em extinção a partir da Revolução Industrial.

MORAIS (2014) também diz que a revolução industrial foi um real divisor de águas para toda a nação, incorporando a tecnologia às organizações, que gerou a produção de substâncias e matérias incapazes de serem absorvidas pela natureza, e conseqüentemente, tais atitudes trouxeram tamanha destruição ao planeta que afetou e afeta animais, seres humanos e ameaçam a continuidade de suas futuras gerações como num todo.

Como replicação às ações humanas a natureza começou a propiciar sinais catastróficos e devastadores de falência. Os resultados que a sociedade contemporânea e consumista ocasionou ao meio ambiente, deram origem a movimentos ambientalistas organizados com o objetivo de questionar as práticas não ambientais chamando a atenção para os resultados devastadores que um avanço sem limites estava ocasionando, de modo politicamente consciente (BERNARDES, 2003).

Podemos afirmar que:

[...] existe uma relação direta entre os temas abordados pelo movimento ambientalistas e as principais dimensões da nova estrutura social, a sociedade em rede, que passou a se formar dos anos 70 em diante: ciência e tecnologia como os principais meios e fins da economia e da sociedade; a transformação do espaço; a transformação do tempo; e a dominação da identidade cultural por fluxos globais abstratos de riqueza, poder e informações construindo virtualidades reais pelas redes da mídia (BERNARDES, 2003, apud CASTELLS, 2006, p.154).

Em Estocolmo na Suécia em 1972, ocorreu à primeira atitude mundial a tentar preservar o meio ambiente, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, também conhecido como Conferência de Estocolmo, foi a primeira grande reunião de líderes de estado regida pelas Nações Unidas (ONU), a fim de tratar assuntos pertinentes à degradação do meio ambiente – dentre os principais temas abordados estão à poluição atmosférica e a utilização dos recursos naturais – (BARROS-PLATIAU; VARELLA; SCHLEICHER, 2004).

Na Conferência de Estocolmo participaram 113 países³ e tornou-se uma referência tenaz na busca por harmonia entre o crescimento e desenvolvimento econômico e o consumo consciente dos recursos naturais, o que mais tarde seria chamado de desenvolvimento sustentável (BARROS-PLATIAU; VARELLA; SCHLEICHER, 2004).

Nesta época acreditava-se que o meio ambiente era fonte inesgotável, porém, de um lado estava a rivalidade inconsequente dos seres humanos gananciosos que tentavam satisfazer seus desejos egoístas; do outro, a natureza com toda a sua riqueza e exuberância, sendo a fonte principal para as ações dos homens. A luta dos ambientalistas em preservar os recursos naturais de forma intocável com o intuito de garantir sua perenidade não era solução, uma vez que restringia o bem estar humano. De fato essa rivalidade precisa ser repensada, uma vez que o problema central ambiental do mundo é o consumo dos recursos naturais, pensando única e exclusivamente nas gerações atuais, o chamado progresso a qualquer custo, quando na verdade o que se propõe é a aplicação da utilização dos recursos naturais de maneira racional a fim de atender as gerações atuais sem comprometer as futuras (BARROS-PLATIAU; VARELLA; SCHLEICHER, 2004).

O inevitável crescimento econômico pós-revolução industrial trouxe profundos impactos ao ecossistema, provenientes das ações humanas imponderadas e

³ Os países participantes da Conferência de Estocolmo estarão listados no anexo.

conscientes (como secamento de lagos e rios, a inversão térmica, as ilhas de calor, a contaminação e, por conseguinte o desaparecimento de múltiplos recursos fundamentais à vida humana). É de extrema relevância, portanto utilizarmos o conhecimento a fim de encontrarmos maneiras inteligentes de controlar e/ou extinguir as emissões de gases e descartes sem estagnar o crescimento/desenvolvimento (RIBEIRO, 2003).

Sabe-se que ainda segundo Ribeiro (2003) a escassez de recursos naturais em alguns países originou-se devida à exploração exaustiva nas extrações desenfreadas de seus recursos naturais, em busca de crescimento e desenvolvimento econômico esgotando essas fontes naturais, como o petróleo, o ouro, o gás, entre outras fontes. Dentre as consequências que esse enfraquecimento de reservas naturais trás a esses países esta o surgimento de “guerras invisíveis” na tentativa de se apossarem de recursos de países vizinhos, além de cometer exploração em seus próprios países de forma consciente ainda que ilegal.

A febre por recursos naturais foi o fator predominante para a geração das chamadas “guerras invisíveis”, ou seja, batalha exploratória dos recursos naturais, como urânio, bauxita, carvão, e entre outros. Contudo, guerras como essas precisam ser extintas junto ao crescimento a qualquer custo. A luta universal deve ser pelo bem comum, o que conduzirá as nações a caminharem a passos largos rumo ao crescimento, porém de mãos dadas com a responsabilidade ambiental, social, econômica e individual (RIBEIRO, 2003).

2.1 Desenvolvimento Sustentável - DS

A união das palavras “Desenvolvimento” e “Sustentável” é um tanto quanto contraditório na essência das duas palavras, uma vez que desenvolvimento é conhecido como crescimento e este por si resulta numa extensão da capacidade produtiva, em contra partida a palavra sustentável fala de perenidade, atividades contínuas com benefícios e resultados a longo prazo (TENÓRIO, 2006).

O crescimento é fundamental se desejarmos de fato suprir as necessidades humanas, contudo existem barreiras e impedimentos que devem ser medidos, uma vez que o que está em questão é, não apenas definir, mas escolher o tipo de crescimento que será necessário para suprir tais necessidades, a fim de não contribuirmos ainda mais para um colapso global irreversível (MENDES, 2008).

3 REINDUSTRIALIZAÇÃO E DESINDUSTRIALIZAÇÃO SUSTENTÁVEL

Tanto para Oreiro e Feijó (2010) como para Rowthorn e Ramaswany (1999) a sustentabilidade possui um vasto conceito que vem sendo discutido a muitas gerações, porém pouco aplicado em nossa sociedade atual, mesmo se tratando de uma prática de relevância para a continuidade da vida no planeta. Com o processo de conscientização anos a fundo, muitas lideranças hoje, tem o entendimento de que o crescimento e o desenvolvimento econômico e tecnológico no Brasil precisam ser encarados como parte da cadeia de sustentabilidade, visionando a responsabilidade ecológica nas relações de consumo, englobando sociedade, indústria e política pública.

Para Tregenna (2009) faz-se necessário antes de tratar sobre a reindustrialização, trazer a definição de desindustrialização onde:

[...] a definição “clássica” de desindustrialização foi apresentada como sendo uma redução persistente da participação do emprego industrial no emprego total de um país ou região. Recentemente, redefiniu-se de forma mais ampla o conceito “clássico” de desindustrialização como sendo uma situação na qual tanto o emprego industrial como o valor adicionado da indústria reduz-se como proporção do emprego total e do Produto Interno Bruto (PIB) respectivamente (Tregenna, 2009, p. 33).

Segundo Clarck (1980) a desindustrialização tem a chave que abre um ciclo. Nesse ciclo é possível observar bons aspectos, uma vez que, se aumenta o nível da renda per capita ocorre uma estabilização no nível da renda dos trabalhadores e, por conseguinte uma diminuição da força do emprego industrial, essa diminuição gera uma maior demanda de mão de obra para prestação de serviço, logo a positividade está em fomentar a desindustrialização positiva, que por sua vez contribui para o desenvolvimento do país.

3.1 A reindustrialização sustentável

Segundo Pedroso (2007), o desenvolvimento sustentável é embasado em um tripé denominado respectivamente como econômico, social e ambiental; onde o econômico refere-se à prosperidade: resultado econômico, direitos dos acionistas, competitividade, relação entre clientes e fornecedores; social refere-se à dignidade humana: direitos humanos, direitos dos trabalhadores, envolvimento com comunidade, transparência e postura ética; e o ambiental refere-se ao cuidado do planeta: proteção ambiental, recursos renováveis, ecoeficiência, gestão de resíduos e gestão dos riscos,

que foram definidos a partir do relatório de Brundtland, documento firmado em Estocolmo sendo o primeiro a trazer o conceito de crescimento sustentável em um debate popular, resposta do trabalho da CMMA⁴ e o desenvolvimento da ONU⁵ em 1983 e publicado em 1987.

Nos dias atuais, a atitude sustentável esta no topo da lista das empresas quando o assunto é tomada de decisão, que por sua vez, medem os impactos causados ao meio ambiente a fim de evitar relativamente problemas como multas, investigações e outras eventualidades que venham manchar a imagem da empresa (REYDON et al., 2007).

Gestores visionários vão além, eles sabem que estão inseridos em um sistema capitalista onde muitos buscam o lucro a qualquer custo, mas encontram com a sustentabilidade ambiental uma oportunidade de redução de custos produtivos, com a utilização dos 5R's: repensar, recusar, reduzir, reutilizar, reciclar; utilização da energia solar, onde algumas usinas produzem energia para a sua produção e ainda comercializam para diversas concessionárias de energia elétrica do país e a utilizam como estratégia para se conseguir vantagem competitiva, outra oportunidade é a maior facilidade para se conseguir empréstimo e a melhora da reputação da empresa diante do mercado internacional. Haja vista que, a sustentabilidade é a ferramenta mais poderosa na competitividade do mercado internacional e ainda readaptando as indústrias das organizações de forma a preservar os recursos extraídos da natureza na produção, agregando valor a seus produtos finais que levam a característica de produto sustentável (REYDON et al., 2007).

4 SUSTENTABILIDADE NAS EMPRESAS

Nos dias atuais no cenário organizacional, o assunto sustentabilidade ambiental, tem se tornado dominante em todos os meios, sociais, acadêmicos, políticos e empresariais. Sabe-se que o crescimento desenfreado e mal planejado das nações trás consigo enormes consequências ao meio ambiente, e para muitas delas não existe reversão, o que leva a sociedade num todo a refletir sobre o destino de seu futuro e de seus descendentes. Para as organizações industriais que sofrem pressões de todos os lados esta o desafio de desenvolver meios para que suas produções sejam cada vez mais sustentáveis (WCED, 1987).

⁴ CMMA: Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente.

⁵ ONU: Organização das Nações Unidas.

THIMOTEO (2015) diz que a sustentabilidade é fator responsável pela harmonia entre os setores econômicos, ambientais e sociais, implicando diretamente nos aspectos políticos (com criação de leis), sociais (Conscientização e novas atitudes), ambiental (utilização e reposição de recursos naturais de forma sustentável) e demográfico (o controle populacional deve ser compatível à área de ocupação). Para que uma organização tenha responsabilidade ambiental corporativa, precisa de fato desenvolver uma produção sustentável, com a redução de gases atmosféricos, com a geração de energia limpa e renovável, com a contratação de funcionários nas comunidades que extraíam a matéria prima utilizada pelas indústrias que praticam sustentabilidade, com o treinamento e reeducação dos funcionários a fim de tornar a produção mais ecologicamente correta e ética e entre outras atitudes que levarão as organizações a coexistirem harmonicamente com os três principais pilares da sustentabilidade (social, ambiental e econômico) em suas produções, alinhando-os harmoniosamente para ter sucesso numa produção sustentável (ALMEIDA, 2002).

Para que as empresas possam reduzir seus impactos ambientais, elas podem praticar desde simples ações, como por exemplo, pintar as paredes de branco, abrir janelas onde não existiam, a fim de economizar energia elétrica, até ações mais complexas como a modificação de seus processos produtivos, para processos mais sustentáveis, e a manutenção regular das máquinas, que contribuam para a recuperação das áreas já afetadas, tornando-se ecologicamente sustentáveis (CORAL, 2002).

Em prol de solucionar os problemas ambientais, as ações das organizações são estritamente necessárias e de muita responsabilidade, mesmo sabendo que a responsabilidade de resolução de tais problemas é repartida também entre o governo e sociedade (BOLZAN, 2013). Sendo assim, as ações tomadas por muitas empresas ecoeficientes⁶ trazem impactos favoráveis, ou seja, vantagens ao meio ambiente (prevenção de possíveis impactos: reduzir emissão atmosférica, efluentes hídricos, diminuição de resíduo, entres outras) e a organização em questão (BOLZAN, 2013).

4.1 Economia verde

É convincente pensar segundo Almeida (2002), que o melhor esclarecimento de sustentabilidade está na palavra sobrevivência, seja a do planeta, das sociedades

⁶ Ecoeficiência: Ciência de se produzir mais e melhor, reduzindo cada vez mais o desperdício e utilizando de forma racional os recursos como a água, energia e matéria prima.

humana, da espécie humana ou dos empreendimentos econômicos. Dentre as gerações falam-se muito sobre desenvolvimento sustentável, porém este só se tornará realidade em um mundo onde o poder é equilibradamente dividido em três polos: o governo, as empresas e as sociedades (ALMEIDA, 2002).

Ainda nesta perspectiva, Almeida (2002) relata suas experiências e conclusões que:

[...] Por outro lado, a experiência na Feema⁷ também me mostrou que as soluções de força, ainda que a força da lei, têm limitações. Ao deixar a agência de controle ambiental, ainda no começo da década de 90, eu já percebia que o desenvolvimento sustentável só pode se dar no contexto de um mundo em que o poder é equilibradamente dividido em três pólos: o governo, as empresas, a sociedade. Um mundo tripolar. Ou, como já bem definiu o World Business Council for Sustainable Development (WBCSD), um mundo em que juntemos “a inovação e a prosperidade que os mercados propiciam a segurança e as condições básicas que os governos dão e os padrões éticos que a sociedade civil reclama” (ALMEIDA, 2002, p. 9).

Em meados da década de 70, como resposta às influências vindas do exterior, instalou-se uma política ambiental com padrões comando-e-controle, que consiste em o governo estabelecer as normas (usar a economia prevendo os efeitos dos instrumentos econômicos e determinando as regras, ambos de formas legais e eficientes, a fim de recomendar como essas regras devem ser e ainda explica-las prevendo como serão no futuro) e as empresas e cidadãos terão de cumpri-las. O inverso disso acarretará em multas e interdições pelo não cumprimento (ALMEIDA, 2002).

Segundo Nusdeo (2006), foram criados quatro grandes grupos de comando-e-controle: padrões, estudos de impacto ambiental, licenciamentos e zoneamentos, criados a fim de gerar um comportamento socialmente desejável onde as autoridades garantem o seu cumprimento por lei. O modelo de comando-e-controle foi utilizado como ferramenta de gestão ambiental em vários países. Mais tarde, esse cenário começou a mudar a partir de uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), com a convocação de uma Conferência Internacional sobre Meio Ambiente Humano em 1972 (ALMEIDA, 2002).

Por uma ótica de moderados estudiosos, em poucas décadas aconteceria o fim dos recursos naturais não renováveis, como petróleo e cobre. Estudiosos americanos,

⁷ FEEMA: Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente. Foi um Órgão de Controle Ambiental e desenvolvimento urbano no estado do Rio de Janeiro criado em Março 1975. Em 2008 ocorreu a transição do FEEMA para o INEA (Instituto Estadual do Meio Ambiente), é um órgão do estado do Rio de Janeiro vinculado a Secretária Estadual do Meio Ambiente.

mais drásticos, descreveriam que o crescimento econômico e irresponsável abalaria os fundamentos naturais da vida. Outro estudo realizado pelo Clube de Roma (reunião de pessoas ilustres com o intuito de discutir variados assuntos referentes à política, economia internacional e acima de tudo sobre o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável), este era composto por cientistas, intelectuais e empresários que discutiam o futuro do mundo, previa que se prosseguissem com o nível de industrialização, poluição, produção de alimentos e exploração de recursos naturais, atingiria o teto do crescimento em menos de cem anos, levando a humanidade ao início do fim (ALMEIDA, 2002).

Com a crença de catástrofe iminente poucos foram os ouvidos que se contrapuseram, mas para a massa não restavam dúvidas de que as nações ricas eram as únicas factíveis do mundo, e os países subdesenvolvidos deveriam se unir aos demais em luta pela sobrevivência na vida na terra em detrimento do crescimento econômico. Foi quando a ONU convocou a conferência de Estocolmo. Retirou do âmbito acadêmico o tema e o introduziu ao patamar dos governos, os rumos passaram a ser escritos por uma nova ótica, e o Brasil assume notoriedade negativa nesta história, onde liderou 77 países por indicação da Assembleia Geral da ONU no que passou a defender que todos os países obtinham o direito ao crescimento econômico, ainda que estes ocorressem em detrimento do meio ambiente, embasados na teoria de que os responsáveis pela poluição (países desenvolvidos) deveriam ser os responsáveis pela purificação (ALMEIDA, 2002).

Ainda que contraditória a posição do Brasil, a Conferência de Estocolmo foi de grande relevância para a humanidade, dado que pela primeira vez tratou-se da relação entre desenvolvimento e meio ambiente (ALMEIDA, 2002).

4.2 Como medir a sustentabilidade nas organizações

Segundo Almeida (2002), é indispensável dentro das organizações mensurar a sustentabilidade, uma vez inserida, a fim de informar o tomador de decisão e responder aos questionamentos e expectativa dos stakeholders⁸. Para uma empresa se apresentar como ecoeficiente e socialmente sustentável é meritório prová-lo. Para tanto deve implantar indicadores gerencial e operacional sendo eles ICA - Indicador

⁸ Stakeholders: É uma pessoa ou grupo que possui participação, investimento ou ações e que possuem interesse em uma determinada empresa ou negócio. O inglês stake significa interesse, participação, risco. Enquanto holder significa aquele que possui.

de Condição Ambiental e o IDA - Indicador de Desempenho Ambiental, mensura-los, além de apresenta-los em relatórios designados aos tomadores de decisões e stakeholders. As empresas do grupo O Boticário e a Fibria estudadas neste artigo são modelos de organizações que escolhem o uso desses indicadores.

Em nível de melhor esclarecimento, faz-se necessário analisar melhor os dois principais indicadores, segundo a visão de Spangenberg (1998):

[...] Os indicadores gerenciais estão agrupados nas seguintes seções: Implementação de política e programas, conformidade, desempenho financeiro e relações com a comunidade; já os indicadores operacionais foram agrupados pela norma nas seções: materiais, energia, serviços de apoio às operações da organização, instalações físicas e equipamentos, fornecimento e distribuição, produtos, serviços fornecidos pela organização, resíduos e emissões. Assim, nota-se que os indicadores operacionais podem ser apropriados para medir o desempenho ambiental das operações de uma organização, podendo ser agrupados com base nas entradas e saídas das instalações físicas e equipamentos da organização (SPANGENBERG, 1998, p.81).

Em harmonia com Almeida (2002), as direções do GRI⁹ são revisadas e atualizadas regularmente visando potencializar a seriedade dos relatórios tanto para quem os faz quanto para quem os utiliza. Diz o documento:

“[...] Quer seja um investidor institucional em busca de informação ambiental para avaliar riscos; ou um ativista tentando estabelecer diálogo com uma empresa, ou uma autoridade pública buscando possíveis parceiros corporativos; ou um alto executivo interessado em elevar os padrões de eficiência e inovação de sua organização - todos precisam de informação clara e organizada para avaliação de desempenho econômico, ambiental e social” (ALMEIDA, 2002, p. 85).

Os suportes dos relatórios de sustentabilidade do GRI atuam como facilitadores para que as empresas e organizações forneçam relatórios coerentes, completo, confiáveis e comparáveis. Não há padronização específica, as informações coletadas e trabalhadas são regidas por intermédio de diretrizes que norteiam uma melhor gestão sustentável, sendo assim ocorre um descomplicar dos processos e das tomadas de decisões (ALMEIDA, 2002).

5 A SUSTENTABILIDADE NAS EMPRESAS: COMO CHEGAR LÁ

Sustentabilidade = Eco eficiência + Responsabilidade social

⁹ GRI: Global Reporting Initiative – Iniciativa Global de Relatórios.

A sustentabilidade exige uma atitude preventiva, que demonstre tudo que um empreendimento pode causar de assertivo – para ser maximizado – e de errado – para ser minimizado – os avanços tecnológicos conseguidos pelo homem reduziu o tempo de impacto sobre o meio ambiente e a sociedade. (ALMEIDA, 2002).

A restauração, entretanto, quase nunca pode ser rápida. Vale ressaltar que alguns processos de degradação alcançam níveis extremos, impossíveis de serem recuperados. Podendo até ser realizável tecnicamente, mas não economicamente (ALMEIDA, 2002).

A perenidade dos recursos naturais tem por objetivo garantir uma sobrevivência em longo prazo, para isso, são necessários que empresas de todos os portes vençam o forte desejo de crescimento a qualquer custo e estejam dispostos a abraçarem a luta pela natureza e sociedade. Atitudes como tratar os resíduos advindos de sua produção, reciclar o lixo, reutilizar a água, além de investir em estudos focados em inovação sustentável. Atualmente, uma empresa ou empreendimento para ser sustentável precisa buscar como num todo a ecoeficiência, ou seja, precisa produzir mais e melhor com menos: mais produto de melhor qualidade, com menos poluição e diminuir a utilização recursos naturais, não deixando de ser responsável em âmbito social. (ALMEIDA, 2002).

Toda empresa, tanto influencia como recebe influência externa, logo, ignorar a realidade sustentável atual é se alto condenar a extinção em um mercado altamente competitivo. A exemplo disso está as empresas O Boticário e a Fibria, que por sua vez desenvolvem um excelente papel quando o assunto é sustentabilidade empresarial, e, além disso, trabalham fortemente na disseminação em outras empresas (ALMEIDA, 2002).

O alicerce do desenvolvimento sustentável refere-se a um sistema de mercado aberto e competitivo, onde os preços finais retratam os custos dos produtos sustentáveis que tendem a ser mais altos, no entanto quando observamos o exemplo da fabricação de produtos das empresas estudadas nesse artigo, sendo elas o Grupo Boticário e a Fibria, percebe-se que é impossível não haver aumento nos custos de seus produtos finais, e percebe-se também que o ciclo gerado com um processo produtivo sustentável resulta em vantagens a todos os envolvidos, já que as essenciais matérias-primas utilizadas em qualquer fabricação de produtos são retiradas da natureza e devem ser reutilizados com os programas de reciclagens e repostos com

os programas de recuperação da natureza. E como resultados disso todos os envolvidos ganham principalmente a natureza, aonde os recursos naturais vão se tornando renováveis (ALMEIDA, 2002).

A falta de máscara por subsídios e políticas protecionistas em relação aos preços fixados predispõem os produtores a usar o mínimo de recursos, restando o avanço sobre os sistemas naturais, minimizando a poluição. Recebendo a obrigatoriedade financeira pelas consequências dos seus atos, favorecendo assim a geração de novas tecnologias, a fim de tornar a produção mais competente da ótica econômica e ambiental (ALMEIDA, 2002).

Outro quesito é a nitidez, em todas as categorias ou fontes sociáveis (governo, empresa, organizações da sociedade civil). Pois atitudes contrárias a estas, fomentam a desconfiança de empreendedores, além de espanta-los. Isso retrata para as empresas e organizações que estas devem estar atentas e interessadas nas opiniões de todo o vasto campo de stakeholders, englobado pelas organizações em questão. São eles empregados e suas famílias, consumidores, fornecedores, indivíduos, instituições, comunidade, legisladores, habitantes da região onde a empresa está inserida e organizações da sociedade civil. São crescentes as parcerias e as responsabilidades compartilhadas, que por sua vez, sobrepõem o comando-e-controle e as relações tradicionais de negócios (ALMEIDA, 2002).

A ponderação das organizações com o meio ambiente e o bem estar dos stakeholders, deve ser fator primordial para se ter uma boa reputação. As metodologias além de levar em conta os resultados futuros dedicam-se na eficiência de suas atitudes presentes, instigando o ganho contínuo, a inovação e a gestão tecnológica, para tanto as lideranças organizacionais priorizam a capacitação constante de seu pessoal, investindo em treinamento e educação para se ter uma empresa sustentável de fato (ALMEIDA, 2002).

Almeida (2002) diz que, nos últimos tempos deparamo-nos com a visão de um cabo de guerra onde de um lado está os recursos naturais/meio ambiente e do outro toda uma humanidade inconsequente que não cessa de puxar para o seu lado. Como resolveremos essa guerra para que todos saiam vencedores? É certo de que para que haja mudanças é necessário educação e, Almeida, não retrata somente educação acadêmica, mas educação em todos os âmbitos, que a criança seja ensinada desde os primeiros passos sobre questões e atitudes sustentáveis e que ensinamentos como

este prossigam por todas as faixas etárias de idade, inclusive aos idosos. Vivemos em um mundo capitalista e é certo que não deixaremos de ser. O poder está nas mãos do consumidor final, este deve ser ensinado a lutar pela perenidade dos recursos naturais, portanto faz-se necessário uma nova atitude e que seja a de optar por produtos ambientalmente mais adequados (ALMEIDA, 2002).

Pouco se fala no fator miséria em âmbito sustentável, mas é importante salientar que este é um dos principais, senão o mais agravante, fator responsável por não se ter uma sociedade sustentável.

Sobre o combate a miséria, Almeida, defende:

[...] “Por que combater a miséria? A pobreza extrema é uma das maiores barreiras à sustentabilidade. A miséria polui, gera violência, degrada o ambiente natural e social. A miséria é ruim para os negócios. Metade da população do planeta vive com menos de dois dólares por dia. São três bilhões de pessoas sem acesso a educação, habitação, água potável, saneamento, serviços de saúde e transporte. E, em consequência, sem acesso à propriedade, ao capital e ao mercado. A história recente já mostrou que apenas os instrumentos de governo, como a previdência social e os investimentos públicos, não são suficientes para erradicar a miséria e reduzir a pobreza. As empresas precisam demonstrar o poder do mercado para produzir e distribuir riqueza” (ALMEIDA, 2002, p. 35).

Trata-se de uma necessidade imediata de redirecionarmos o caminho para o qual a sociedade segue, para isso não basta somente reuniões de grandes empresas, reuniões de grandes religiosos, reuniões de força do governo, tudo isso de forma isolada será importante e até exemplar, porém não resolverá o problema sustentável da humanidade, chega-se a conclusão de que quase 100% da população ainda deseja consumir como sempre consumiu, por isso precisamos de uma mudança de cultura, dentro e fora das organizações, onde a ideia de responsabilidade social seja assumida como valor cultural central (estilo de vida) e não apenas como uma estratégia competitiva de visibilidade. As empresas podem e devem ser as principais influenciadoras (ALMEIDA, 2002).

As empresas devem investir, proporcionando condições de educação para juventude (incentivar a educação: parceria com instituições de ensino técnico e superior; com o intuito da relação ganha - ganha onde a instituição recebe alunos e qualifica-os e a empresa recebe funcionários mais preparados e, portanto mais qualificados para o mercado competitivo). A educação trás consigo a instrução e a consciência sustentável, essa instrução resultará em mudança de cultura tanto para crianças, adolescentes e jovens, a fim de não danificarem o meio ambiente, ações como essa

não devem existir em detrimento dos idosos (População que cresce consideravelmente a cada ano, principalmente no Brasil), que por sua vez devem receber melhor qualidade de vida para então contribuírem por mais tempo à economia. Em contra partida, teremos empresas comprometidas com a responsabilidade ambiental e social e aos olhos da sociedade obtendo boa reputação (ALMEIDA, 2002).

Empresas que de fato querem sair na frente devem idealizar e desenvolver produtos e serviços que resguardecam e promovam a proteção, que conservem e promovam conservação, e que acima de tudo promovam ações que limpem e renovem o meio ambiente. Contudo, o mundo tripolar (empresas, governo e sociedade civil organizada) inseridas no capitalismo, porém com consciência renovada, agregam a renovação e a riqueza proporcionadas pelo mercado, à seguridade e os requisitos básicos fornecidos pelos governos e princípios éticos que a sociedade civil reivindica (ALMEIDA, 2002).

6 VANTAGENS EMPRESARIAIS AO INVESTIR EM SUSTENTABILIDADE

Impactando uma maior parcela da população mundial, as causas da miséria e as atitudes humanas inconsequentes em relação ao meio ambiente não têm refletido ao povo um desenvolvimento social, econômico, cultural, espacial e ambientalmente sustentável. O que se vê de fato é uma desigualdade gritante na distribuição de renda e responsabilidade, aumentando consideravelmente a disparidade entre os povos ricos e os pobres (BUFFARA, 2003).

As empresas atualmente utilizam seus esforços em práticas sociais responsáveis para a melhoria de sua gestão, mas o obstáculo que está em questão é equiparar a gerência de seus negócios unindo competitividade e baixo custo, mantendo o padrão de qualidade, nutrindo todas essas iniciativas levando em consideração o clamor da sociedade (GRAJEW, 2001).

Assim sendo, são grandes as alterações sofridas na conduta das empresas. É inaceitável que as organizações fiquem focadas somente na satisfação de clientes e na geração de lucros. Atualmente exige-se que as empresas sejam responsáveis socialmente, ou seja, a produção de bens e/ou serviços deve ser gerida com atitudes que primem pela conservação e preservação do meio ambiente, o que além de

favorecer a melhoria da sociedade não inibirá o crescimento econômico empresarial (CLARO, 2008).

Conseqüentemente, a disputa por mercado era marcada por características que outrora representavam uma marca, como os benefícios, o preço, a distribuição e a individualidade, o que não são suficientes no mundo atual, que por sua vez possuem consumidores mais conscientes e preocupados com a origem e as condições de produção e o impacto causado no meio ambiente. O que acontece durante toda a etapa do processo produtivo de um bem ou de um serviço, demonstrara seu reflexo, seja ele positivo ou negativo (GRAYSON; HODGES, 2002).

Para melhor entendimento do assunto abordado, faz-se necessário como ferramenta de estudo utilizar as empresas: O Boticário e a Fibria, a fim de externar as vantagens obtidas com o investimento sustentável em suas atividades, contribuindo para evolução da atual proposta de gestão empresarial.

6.1 O Boticário

6.1.1 Como tudo começou

Empresa iniciada em 1977 em Curitiba (PR) recebeu o nome 'O Boticário' por seu fundador Miguel Kringsner. Aberta com o foco farmacêutico, logo passou ao tratamento personalizado, principalmente na área de dermatologia. Ressalta-se ainda o atendimento diferenciado onde os balcões repletos de remédios são substituídos por sofá, revistas e café. Tudo pensado a fim de proporcionar um ambiente mais agradável e bem estar aos seus clientes (BOTICÁRIO, 2015).

Em 1979 a marca inaugura loja no Aeroporto Internacional Afonso Pena, em São José dos Pinhais (PR), na grande Curitiba, com uma tripulação encantada com os produtos não demorou muito para que outros estados desejassem obter a marca, tornando-se assim, O Boticário, nacionalmente conhecido (BOTICÁRIO, 2015).

Anos mais tarde, nasce à fundação Grupo Boticário de proteção à natureza, cria-se o grupo Boticário, e em seguida integram ao grupo novas unidades de negócio, Eudora – quem disse, berenice? – The Beauty Box. Transformando a farmácia de manipulação na maior rede de franquia de perfumaria e cosméticos do mundo. Sendo 3600 lojas instaladas somente no Brasil e mais de 600 lojas espalhada pelo mundo (BOTICÁRIO, 2015).

6.1.2 Sustentabilidade e Boticário enxertados desde a fundação

O Brasil é um país abundante, rico em reservas de água doce, florestas tropicais e biodiversidades, sendo a maior do planeta. A Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza investe na proteção desse patrimônio natural. Desde o início, a marca preocupou-se com o que devolveria à natureza. O propósito maior é criar um mundo mais belo, cuidando da natureza e do ser humano como num todo, logo, afirma-se que O Boticário nasceu dentro da sustentabilidade e isso se evidencia e perpetua em todas as ações do Grupo, como as 1493 iniciativas de 493 instituições apoiadas na preservação e recuperação do meio ambiente, espalhadas em todo o país envolvendo a sociedade e gerando renda (BOTICÁRIO R. d., 2012).

A ação sustentável do Grupo Boticário iniciou internamente com o processo de produção dos produtos da marca, construindo desde 2012 uma definição da atuação de sustentabilidade, assegurando o mercado, crescimento e resultados. Para o Grupo Boticário, se oferecerem produtos de qualidade aos seus clientes, estes devem ter a responsabilidade de conhecer o ciclo de vida de cada produto e integrar-se na consciência ambiental desse ciclo (BOTICÁRIO R. d., 2012).

Entendendo que a estratégia de sustentabilidade é a mais adequada para esse tempo o Grupo Boticário implantou processos sustentáveis, ganhando eficiência. Passou também a dar suporte a seus fornecedores a fim de receberem matérias-primas sustentáveis, implantou ainda tecnologia que ajuda a refrear a utilização dos recursos naturais e na produção de menos resíduos, além de induzir as novas organizações na implantação de produções sustentáveis (BOTICÁRIO R. d., 2012).

É relevante crescer sem perder a essência e focar na perenidade dos negócios. Para isso, o Grupo Boticário definiu três frentes de atuação: Matérias-Primas e Embalagens, Canais de Vendas e Ecoeficiência. Toda tramitação foi coordenada e desenvolvida por uma equipe qualificado à introduzir a sustentabilidade no controle e nos processos da empresa. A solidificação das ações embasadas em estudos foi visada com a base de um futuro inserto e, portanto, precisaram ser pensadas com uma visão em longo prazo, priorizando sempre as questões econômicas, sociais e ambientais. Tudo isso ligado aos diferenciais e ao legado que o Grupo Boticário quer deixar às gerações futuras (BOTICÁRIO R. d., 2012).

Para que fosse possível ao Grupo Boticário tornar o negócio mais sustentável, viável e rentável foi ressaltado em várias reuniões a necessidade de considerar o ciclo de vida dos produtos a fim de auxiliar as tomadas de decisões sobre esses itens e a prospecção contínua de novos materiais, tecnologias e soluções. Os desafios são enormes, assim como o sucesso desejado. Para que os desafios sejam vencidos e o sucesso alcançado, será indispensável gerar novos comportamentos, novas ações, novos processos e difundir esses temas por toda a organização. Entender que o Grupo Boticário é único gera mais força e enxergamos este como sendo o caminho para se obter benefícios mútuos, onde todos ganham (BOTICÁRIO R. d., 2012).

6.1.3 Sustentabilidade: atitudes e ações como fator gerador de vantagens

O Grupo Boticário assume o compromisso de diminuir os riscos e impactos ambientais decorrentes do uso das matérias primas. Os cuidados tomados vão desde o processo produtivo até as embalagens recicladas. Essas atitudes não param por aí, antes, envolvem fornecedores, parceiros e consumidores nas práticas sociais e ambientais. O Grupo acredita e defende que não há necessidade de diminuição do consumo, mas sim, promover o consumo consciente, sustentável e menos inconsequente (BOTICÁRIO R. d., 2012).

Ser um grupo sustentável abre um amplo leque de oportunidade e torna a organização ainda mais competitiva, pois ajuda na melhoria da imagem da empresa junto aos consumidores e comunidade em geral; reduz os custos de produção com reciclagem, reutilização de sobras de matéria prima e medidas de economia de energia elétrica; funcionários e colaboradores satisfeitos em fazer parte de todo este processo com consciência ambiental; valorização de ações na bolsa de valores. Investidores conscientes procuram por ações de empresas sustentáveis (BOTICÁRIO R. d., 2012).

Para o Grupo Boticário não basta oferecer produtos de beleza simplesmente, a empresa sente-se responsável por oferecer uma beleza sustentável, por assim pensar, o grupo age com sustentabilidade nas matérias-primas e nas embalagens, o foco maior é reduzir os impactos ambientais sem perder a qualidade, desempenho, segurança e atratividade dos produtos, outro foco relevante é ofertar embalagens com designer inovadores e recicláveis, reduzindo assim impactos ambientais e sociais, tanto nas matérias-primas assim como também nas embalagens e no próprio produto em si (BOTICÁRIO R. d., 2012).

As atitudes do Grupo Boticário vão além das portas da organização, uma vez que influenciam e incentivam todas as partes envolvidas que compõem toda a cadeia produtiva (fornecedores, parceiros e consumidores) a serem e terem atitudes sustentáveis, a fim de diminuir os riscos e os impactos no decorrer da pesquisa, no desenvolvimento e até na industrialização dos produtos, toda essa preocupação e cuidado se dá pelo fato de o grupo ser responsável pela fabricação e distribuição de mais de 17 milhões de produtos de higiene e beleza por mês (BOTICÁRIO R. d., 2012).

6.1.4 Fechamento de ciclo logística reversa

O Grupo Boticário é responsável por uma das maiores operações em logística reversa de embalagens do Brasil, se considerado o número de pontos de coletas. O Programa Reciclagem de Embalagens, conta com o apoio dos escritórios empresariais e setores operacionais da empresa e sobre tudo aproxima consumidores das marcas do grupo. Com a contribuição e conscientização das partes envolvidas, torna-se possível minimizar o impacto ambiental ocasionado pelos descartes inadequados de resíduos sólidos, não é para menos que uma pesquisa realizada em 2015, demonstra que 30% do público consomem os produtos do grupo por associarem os mesmos as práticas sustentáveis (BOTICÁRIO, 2015).

É necessário pontuar cidades como Jundiaí (SP), Santos (SP), Santarém (PA), Itumbiara (GO), por serem responsáveis por grandes volumes de coletas direcionados a reciclagem via logística reversa. A conscientização e a participação dos franqueados são essenciais para o avanço do programa, e estas práticas constituem com que o Grupo Boticário busque mais formas de envolvimento dos consumidores, para melhorar o programa continuamente (BOTICÁRIO, 2015).

É importante ressaltar a relevância da parceria com seis transportadoras que fazem vínculo entre o varejo e as mais de 20 cooperativas credenciadas em todo o país, outra iniciativa que abre ainda mais portas ao grupo é a parceria com o Banco BNDS (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), que promoveu a profissionalização de cinco cooperativas de reciclagem, estando uma em cada região do país (BOTICÁRIO, 2015).

6.1.5 Canais de venda

Para o Grupo Boticário, a sustentabilidade não deve ficar somente em sua produção, mas também ser externalizadas em suas lojas. O grupo entende ainda que as lojas são o principal elo que existe entre valores de sustentabilidade com os consumidores, e a comprovação disso é que 100% de suas lojas têm pelo menos uma ação sustentável. Para que essas ações fossem implantadas, foi preciso muito trabalho nos três primeiros anos da estratégia de sustentabilidade e muito estudo de viabilização técnica, e ainda, todos os pontos de vendas foram construídos ou sofreram alterações para que atendessem ao padrão de sustentabilidade (BOTICÁRIO, 2015).

Outras ações implementadas pelo grupo em suas lojas são que, 91% das lojas franquizadas fazem a reutilização da mobília em escritório ou doam para ONGS e associações, nas lojas The Beauty Box 80% do piso é de material reciclado, e nas lojas quem disse, Berenice? 80% da mobília são feitas com madeiras de certificação FSC¹⁰. Os andamentos dessas ações estão sendo analisados, consolidados e compartilhados entre as lojas do grupo até 2018, onde alguns resultados já estão sendo replicados entre as marcas do grupo (BOTICÁRIO, 2015).

Ainda em 2015, foi realizado estudo na iluminação das lojas quem disse, Berenice? onde a mudança do layout e a troca de lâmpadas permitiu uma economia de mais de 26% nas contas de energia em cada uma das lojas da marca, no mesmo ano as sacolas e as caixas das lojas da marca O Boticário foram reformuladas e ganhou um formato sustentável, onde ocasionam menos 20% impacto ambiental com as sacolas e 14% menos de impactos ambientais nas caixas (BOTICÁRIO, 2015).

Tendo em vista os aspectos observados, conclui-se que o Grupo Boticário é uma empresa consciente desde o seu nascimento, portanto entende que para que o seu negócio seja perene e sustentável precisa contar com a responsabilidade compartilhada, ou seja, o grupo decidiu inserir práticas sustentáveis em sua cadeia de valor, o Grupo Boticário acredita e defende que o envolvimento efetivo dos fornecedores, funcionários e consumidores nas ações proposta pelo grupo levam todos aos lugares mais altos e possivelmente inalcançáveis se percorrido sozinho (BOTICÁRIO, 2015).

¹⁰ FSC, sigla de Forestry Stewardship Council, que em português significa Conselho de Manejo Florestal.

6.2 Fibria

6.2.1 Sua história

As atividades da Aracruz Celulose foram início com o plantio de eucalipto em 1967, começando suas operações produtivas em 1978 no Estado do Espírito Santo, a fim de atender a demanda de produtos feitos a partir de matérias primas retiradas da floresta de forma sustentável. Em 1º de setembro de 2009 a partir de uma fusão com a Votorantim Celulose e papel, ela deixa de ser Aracruz celulose e passa a ser Fibria (FIBRIA, 2015).

Há 49 anos a Fibria vem investindo em ações de inserção e permanência no mercado de Celulose. Dentre essas ações estão, a negociação de ações na bolsa de valores de Nova York, assinatura do pacto global da ONU de sustentabilidade e o início das operações da fábrica Três Lagoas (MS), sendo a pioneira em desenvolver a indústria de celulose nessa região (FIBRIA, 2015).

A fábrica de Três Lagoas tem capacidade de produção de 1,3 milhão de toneladas por ano de celulose, e investir nesse setor ajudou a transformar a Fibria, em líder mundial no mercado de celulose, além de estimular o reconhecimento da cidade, tornando assim, mundialmente conhecida como a capital da celulose (FIBRIA, 2015).

A Fibria atualmente com as fábricas Três Lagoas (MS), Jacaré (SP), Eunápolis (BA) e Aracruz (ES), somam uma capacidade produtiva de 5,3 milhões de toneladas de celulose anuais. E cultiva o plantio de florestas renováveis, mantendo suas produções, localizados nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Totalizando 969 mil hectares de florestas, onde 343 mil desses hectares são destinados à conservação ambiental (FIBRIA, 2015).

Para chegar à liderança mundial no mercado de celulose, a Fibria manteve sua missão, visão e valores sólidos, seguindo assim o seu foco, onde sua missão é desenvolver o negócio florestal renovável como fonte sustentável da vida; a visão é consolidar a floresta plantada como produtora de valor econômico, com a geração de lucros, sendo associado à conservação ambiental e a inclusão social e melhoria da qualidade de vida; e seus valores que são firmados na solidez de buscar crescimento sustentável, na geração de valores éticos, atuando de forma responsável e

transparente, e acima de tudo respeitar às pessoas e estar disposta a aprender sobre elas; buscando empreender para crescer com coragem (FIBRIA, 2015).

A Fibria exporta atualmente para 37 países, registrando só em 2015 uma receita líquida de 10,1 bilhões, e para continuar exportando, conta com o apoio de escritórios comerciais instalados na Europa, na Ásia e na América do Norte. A Fibria não conseguiria ser líder mundial no mercado de celulose se não fosse uma empresa engajada em produzir com respeito ao meio ambiente (FIBRIA, 2015).

6.2.2 Cadeia de Valor

A Cadeia de Valor da Fibria inicia-se junto as centenas de análises em suas florestas e laboratórios sendo estendidas até seus consumidores finais. E para isso é necessário que as pesquisas sejam realizadas no centro tecnológico, onde suas responsabilidades estão ligadas aos projetos de inovação tecnológica, que são destinados às atividades florestais e industriais. Para que essas pesquisas sejam realizadas, a Fibria conta com dois laboratórios de pesquisa localizados em Jacareí (SP) e em Aracruz (ES), realizando variados estudos em toda cadeia produtiva, iniciando nos viveiros de produção de mudas de eucalipto, no plantio e até os produtos finais (FIBRIA, 2015).

Por ano são produzidas em média 120 milhões de mudas, e seu plantio ocorrem em grande proporção, com até 163 mudas sendo plantadas por minuto. O ciclo de colheita dessas mudas ocorrem entre 5 e 7 anos (FIBRIA, 2015).

O manejo florestal é o mesmo que utilizar de forma racional e ambiental os recursos da floresta. E considerando isso a Fibria efetua investimentos milionários no manejo de suas florestas, distribuídas em todas suas fábricas, a fim de manter suas produções de celulose, sem causar impactos ambientais. Só em 2015 investiu-se mais de vinte e três milhões, nas fábricas de Aracruz (ES), Jacareí (SP) e Três Lagoas (MG), em pesquisa e recuperação das florestas utilizadas pela empresa. Toda essa área florestal é certificada, possuindo certificação do FSC e certificação do CERFLOR/PEFC¹¹ (FIBRIA, 2015).

¹¹ CERFLOR/PEFC – Programa Brasileiro de Certificação Florestal

6.2.3 Logística – da fabricação de Celulose a geração de energia elétrica e suas vantagens.

Quase toda a madeira da Fibria é transportada por rodovias, também são utilizadas barcas em portos do Espírito Santo e Bahia e trens em Minas Gerais, já no Porto do Rio Grande (RS) a madeira chega de navio. Toda essa logística percorre um raio de 171 km das florestas até as fábricas e a colheita é realizada 24h por dia (FIBRIA, 2015).

Quando a madeira chega até as fábricas, são cortadas em pedaços e processadas quimicamente, onde a polpa é separada da lignina (complexo orgânico que une as fibras celulósicas e aumenta a rigidez, contida na maioria das árvores), a polpa extraída é processada até ficar esbranquiçada e seca, facilitando o transporte (FIBRIA, 2015).

Para se fabricar uma tonelada de celulose são necessários 20 Eucaliptos. São produzidas 1.047 toneladas na fábrica de Jacareí, 2.328 toneladas na fábrica de Aracruz e 1.248 toneladas em Três lagoas (FIBRIA, 2015).

Com a fabricação da Celulose as fábricas conseguem gerar energia elétrica para seu consumo, além de comercializarem a energia gerada. Juntas as fábricas geram 0,724 (MWh/tsa)², consomem 0,619 (MWh/tsa)² e exportam 0,105 (MWh/tsa)² gerando uma receita de mais de noventa e dois milhões de reais no ano para a empresa (FIBRIA, 2015).

Aproximadamente 50% da celulose produzida pela Fibria é designada a produção de papéis pra uso sanitário, 35% para papéis de imprimir e escrever e 15% para papéis especiais. 90% da Celulose fabricada pela Fibria destinam-se ao mercado externo, sendo distribuída em 2015 23% para América do Norte, 43% para Europa, 10% para América Latina e 24% para Ásia. O índice de satisfação dos clientes que recebem essa celulose é de 84%, de acordom a uma pesquisa realizada pela Fibria (FIBRIA, 2015).

6.2.4 Ações sustentáveis

Uma meta foi estabelecida a longo prazo e vem sendo cumprida como estratégia sustentável. Tal meta foi estabelecida pelo comitê de Sustentabilidade em 2011 com

o objetivo de garantir a sustentabilidade do negócio e a Fibria deve cumpri-la no prazo de 15 anos. Dentre as metas seterminadas estão (FIBRIA, 2015).

- A redução de 1/3 das terras utilizadas para plantio do eucalipto; pra amenizar a Fibria esta aumentando a produtividade de produção de eucalipto por hectare, e com isso consegue benefícios como a disponibilização de mais terras para outros fins, consegue também aumentar sua competitividade e o retorno para seus acionistas (FIBRIA, 2015).
- Outra meta é a duplicação do carbono e para tal a Fibria esta expandindo as áreas de florestas e restaurando as áreas de florestas degradadas, e com isso consegue benefícios como, reduzir os gases de efeito estufa e vantagens no mercado de carbono mundial (FIBRIA, 2015).
- Meta, restauração de 40 mil hectares de suas áreas de florestas degradadas. E para tal a Fibria esta plantando diversas espécies de plantas, criando a estrutura florestal, e ainda consegue aumentar sua estrutura de fauna e flora, protegendo a biodiversidade, melhorando a qualidade da água, enriquecendo a regeneração natural das plantas e aumentando as taxas de carbono (FIBRIA, 2015).
- Deve reduzir 91% dos resíduos em aterros, onde para conter a Fibria começou a produzir insumos orgânicos, conseguindo com isso, uma valorização da matriz de energia, reduzindo os riscos que os aterros causavam, melhorando a eficiência e a substituição do combustível fóssil por combustível de resíduos (FIBRIA, 2015).
- Deve também conseguir a aceitação de 80% da sociedade em que esta inserida, e para isso a empresa, investe em estimular a geração de renda local, em projetos socioambientais, conseguindo melhorar o retorno para os acionistas, uma disponibilidade maior da terra para outros fins e ainda a diminuição da concentração fundiária (FIBRIA, 2015).
- E como última meta e não menos importante, a Fibria precisa investir em apoio para que a sociedade torne-se autossustentável. Para chegar lá, a empresa investe na ampliação do modelo de PDRT¹², buscando resultados com a inclusão social, reduzindo a vulnerabilidade econômica da sociedade,

¹² PDRT - Programa de Desenvolvimento Rural Territorial

qualificando a população e estimulando o crescimento da comunidade (FIBRIA, 2015).

É relevante expor que a Fibria sofreu algumas restrições quanto ao uso da água em suas produções pela ANA – Agência Nacional de Água – devido a poucas chuvas nos últimos anos e para passara pela crise hídrica sem prejudicar suas produções, a Fibria começou a fazer o reaproveitamento da água capitada, além da captação da água da chuva, conseguindo com isso reduzir em 10% a captação da água dos rios em relação ao ano anterior a 2015 (FIBRIA, 2015).

Logo, observando os aspectos apresentados anteriormente, conclui-se que acima de tudo o que faz da Fibria líder de mercado é o “não mascarar” e sim assumir que sua função é altamente poluente e por isso seus esforços estão engajados em reverter tais impactos, promovendo investimento em manejo florestal, eficiência em geração de energia, reaproveitamento da água capitada, distribuição de riqueza na comunidade local e entre outras ações que levam a Fibria a dar um passo de cada vez rumo à preservação e conservação do meio ambiente (FIBRIA, 2015).

7 METODOLOGIA

A metodologia utilizada no presente artigo é a pesquisa exploratória, descritiva, pois visa assegurar maior aproveitamento dos leitores em relação ao tema em questão, além de buscar descrever as análise de forma clara e essencial ao entendimento de todos, tanto leigos como estudados no assunto. A pesquisa conta com fontes secundárias do tipo bibliográficas, artigos, sites e relatórios de sustentabilidade das empresas O Boticário e Fibria, que foram de grande valia ao possibilitarem melhores entendimentos a respeito do ser sustentável em um contexto capitalista no Brasil do século XXI.

Por acreditarmos que as pesquisas realizadas são de grande valia para novos estudos, disponibilizamos no anexo o Relatório de Estocolmo e a lista dos países participantes, com toda sua integralidade.

Consideramos que a pesquisa do presente artigo é de cunho qualitativo por sua espontaneidade, consciência e percepções que geram entendimento e motivações sobre a essência geral do tema, além de abrir as janelas para interpretação em diversos âmbitos sejam eles, sociais, ambientais e/ou econômico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

TABELA 1: G4 - EN23 detalhamento de destinos para os resíduos produzidos pelo grupo O Boticário.

Com a tabela abaixo compreende-se que o Grupo Boticário realiza um controle rigoroso dos resíduos produzidos, sendo eles perigosos e não perigosos, além de especificar em kg o direcionamento para os resíduos produzidos, onde a maior partes destes resíduos são reciclados, reutilizados e coprocessados.

Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição.				
Tipo	SJP	Camaçari	São Gonçalo dos Campos	Registro
Não Perigosos (t)	1.956,89	721,38	0,37	980,81
Reutilização	532	0	0	655,76
Reciclagem	1.225,76	636,72	0,37	320,45
Coprocessamento	0	0	0	0
Aterro Industrial	199,13	84,66	0	5
Incineração	0	0	0	0
Perigosos (t)	661,44	60,37	0,08	3
Reutilização	0	0	0	0
Reciclagem	228,2	0	0	0
Coprocessamento	429,28	60,37	0,008	0
Aterro Industrial	3,9	0	0	0
Incineração	0,09	0	0	0
Indicador (t/10 ⁶ unidades produzidas ou expedidas)	18,8	27,3	5,1	5,6

Fonte: Relatório de Sustentabilidade Grupo Boticário (2015, p. 56).

TABELA 2: G4 - EN31 Total de gastos e investimentos em proteção ambiental, por tipo indicador pelo grupo O Boticário.

A tabela a seguir demonstra de forma detalhada todos os gastos e investimentos feitos pelo Grupo Boticário, onde a maior parte desses investimentos vão para a central de triagem de resíduos e estação de tratamento de efluentes. Sem contar com o grande investimento em reciclagem de embalagens que trás como resultado a empregabilidade de indivíduos da comunidade em que as empresas estão inseridas.

Total de gastos e investimentos em proteção ambiental, por tipo.				
Resposta 2015	SJP	Camaçari	São Gonçalo dos Campos	Registro
Programa reciclagem de embalagens	559.880,00 (não inclui os valores gastos/investidos por sustentabilidade)			
Ecoeficiência				
Manuntenção				
Auditorias, Sistema de Gestão Integrada (SGI), Educação Ambiental e Monitoramentos	R\$ 11075,6			R\$ 8100
Central de Triagem de Resíduos (CTR) e Estação de Tratamento de Efluentes (ETE)	R\$ 828.193,21	R\$ 1.332.705,71	R\$ 301.284,69	R\$ 169.994,80
Análise de Ciclo de Vida	0(não inclui os valores / investidos por sustentabilidade)			

Fonte: Relatório de Sustentabilidade Grupo Boticário (2015, p. 57).

TABELA 3: Detalhamento da Energia Elétrica produzida, consumida e vendida da empresa Fíbria.

De acordo com os dados da especificação da tabela abaixo, a Fíbria possui energia elétrica o suficiente para o uso em suas indústrias e ainda consegue comercializar grande parte da energia que produz, gerando uma receita significativa para a empresa.

ENERGIA ELÉTRICA				
	ARACRUZ	JACARAÍ	TRÊS LAGOAS	FIBRIA
Energia elétrica total gerada nas instalações (MWh/tsa) ²	0,652	0,73	0,851	0,724
Energia elétrica consumida (MWh/tsa) ²	0,604	0,706	0,574	0,619
Energia elétrica comprada (MWh/tsa) ²	0,008	0,039	0,007	0,015
Energia elétrica exportada (MWh/tsa) ^{2 3}	0,056	0	0,284	0,105
Energia elétrica exportada (em milhares de R\$) ³	36.443	0	56.024	0,105
2 tsa - tonelada de celulose seca no ar. 3 Sendo que 8,6% e 33,4% da energia gerada nas Unidades Aracruz e Três Lagoas, respectivamente, foram comercializadas.				

Fonte: Relatório de Sustentabilidade – Fíbria (2015, p. 25).

TABELA 4: Total de investimentos e gastos em proteção ambiental nas operações industriais, por tipo (em milhares de R\$).

A tabela abaixo demonstra de forma detalhada que a Fíbria realiza fortes investimentos em ações que ajudam amenizar e até reverter à poluição causada por suas produções ao meio ambiente, e além de conseguir com os investimentos feitos em redução de resíduos, atingir 51% da meta estabelecida até 2025.

Total de investimentos e gastos em proteção ambiental nas operações industriais, por tipo (em milhares de R\$)			
Total Fíbria	139.195	Total de Custeio	83.997
Total de Investimentos	55.198	Resíduos (transporte, destinação, licenças).	38.669
Resíduos	6.085	Emissões (efluentes)	20.964
Emissões	33.722	Recursos hídricos (monitoramentos)	21.069
Recursos hídricos	10.766	Remediação de áreas contaminadas/passivos ambientais	0
Remediação de áreas contaminadas	258	Gestão ambiental (custo fixo)	1.471
Gestão ambiental	1.074	Outros custeios ambientais	1.823
Outros investimentos ambientais	3.293		

Fonte: Relatório de Sustentabilidade – Fíbria (2015, p. 57).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do presente artigo promoveu uma abrangente análise de como tudo começou, onde estamos e para onde vamos, quando o assunto é sustentabilidade empresarial ou desenvolvimento sustentável como num todo. Uma reflexão a cerca dos benefícios do pensar sustentável dentro e fora das organizações. Além disso, também possibilita e defende o real engajamento de todas as partes envolvidas sejam elas, sociais, ambientais e econômicas, na luta por um desenvolvimento e crescimento consciente e sustentável em longo prazo.

Nos últimos anos lideranças de diversos âmbitos demonstram preocupação e interesse em implantar atitudes sustentáveis em suas organizações a fim de contribuir para a perenidade dos recursos naturais sem estagnar seu crescimento econômico, mesmo enfrentando muitas dificuldades quanto à conciliação de crescimento econômico e sustentabilidade, as mentalidades têm sido confrontadas e muitos paradigmas estão sendo quebrados mesmo que o caminho a ser percorrido ainda seja muito extenso.

Atualmente o desafio de empresas que almejam ser sustentáveis é a busca pela ecoeficiência como num todo, ou seja, produzir mais e melhor com menos. O comprometimento dos stakeholders para vencer tais desafios é de fundamental relevância. Diante das pesquisas realizadas sobre as empresas O Boticário e Fibria ficaram evidentes que para não se alto condenar a extinção no mercado altamente competitivo os objetivos de se ter uma empresa em crescimento contínuo sem ignorar a realidade sustentável atual tem sido sim alcançado.

As problemáticas discutidas em todo o artigo foram embasadas em conteúdos extraídos de livros, artigos científicos, sites e relatórios de sustentabilidade das empresas em destaque que foram publicados de 2012 a 2016.

Dada à importância do tema, torna-se necessário o desenvolvimento de novos projetos que visem à mudança de cultura continuada das pessoas e das organizações em si, que possam de uma vez por todas, desencadear em uma mudança no estilo de vida das pessoas, das empresas, da sociedade e do país.

Conclui-se que a responsabilidade social, o desenvolvimento sustentável ou ainda a ecoeficiência não são ações de responsabilidade de um grupo isolado, uma vez que cerca de 100% da população ainda deseja consumir como sempre consumiu. Portanto

juga-se necessário uma mudança de cultura, mas que essa transpasse as portas das organizações e seja encarada e assumida como essencial à vida e não unicamente como estratégia de competitividade e visibilidade, logo as empresas podem e devem ser as principais influenciadoras e disseminadoras das atitudes sustentáveis.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; VARELLA, Marcelo Dias; SCHLEICHER, Rafael T. Meio ambiente e relações internacionais: perspectivas teóricas, respostas institucionais e novas dimensões de debate. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, DF, v. 47, n. 2, p. 100-130, 2004.
- BERNARDES, Marcio de S. Movimento Ambientalista e as Novas Mídias: Ativismo ambiental na internet para a proteção jurídica do meio ambiente. **Revista eletrônica do curso de direito da UFSM**. Santa Maria. RS, v.8, p. 6-10, 2003.
- BOLZAN, J. F. Sustentabilidade nas organizações: uma questão de competitividade. **Revista Eletrônica de Graduação do UNIVEM - REGRAD**, São Paulo, v. 6, n. 01, p. 128, 2013.
- BOTICÁRIO, Relatório de Sustentabilidade. Beleza é construir, juntos, um mundo mais sustentável. Curitiba, 2012.
- BOTICÁRIO, Relatório sustentável. Atitudes positivas. Curitiba, 2015.
- BUFFARA, L. C. (Jan. / Jul. de 2003). Desenvolvimento sustentável e responsabilidade social um estudo de caso no grupo O Boticário. **CAD - Departamento de Ciência da Administração**, 5, 2 - 3.
- CLARK, Colin. **Las Condiciones Del Progreso Economico**. 2. ed. Madrid: Alianza, 1980
- CLARO, Priscila B. de O. Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. **Revista de Administração – RAUSP**, v.43, n. 04, 2008.
- CMMAD - **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Nosso futuro comum. Rio de Janeiro, RJ: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987.
- CORAL, Elisa. **Modelo de planejamento estratégico para a sustentabilidade empresarial**. 2002. 282f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC, 2002.
- FIBRIA, relatório de Sustentabilidade. Da floresta ao consumidor. São Paulo, 2015.
- GRAJEW, O. (nov. de 2001). Por um mundo mais seguro. **Guia Exame de boa cidadania corporativa**, 754, 20-21.
- MENDES, Marina Ceccato. **Desenvolvimento sustentável**. Disponível em: http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m_a_txt2.html. Acesso em: 23 abr. 2014.
- MORAIS, Dafine de O. C. de. **As práticas de sustentabilidade e suas influências na nova formatação institucional das organizações**. Revista de gestão ambiental e sustentabilidade. São Paulo. SP, v. 3, n. 3, p. 3-10, Ago./Out. 2014.

NUSDEO, Ana Maria de oliveira. **O uso de instrumentos econômicos nas normas de proteção ambiental.** Revista da faculdade de Direitos da Universidade de São Paulo. São Paulo, v.101, 2006.

OREIRO, J.L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, [s.l.], v. 30, n. 2, p. 219-232, abr./jun. 2010.

PEDROSO, M. C. Sustentabilidade na cadeia reversa de suprimentos: um estudo de caso do projeto plasma. **Revista de Administração - RAUSP**, São Paulo, v. 42, n.04, p. 01, 2007.

REYDON, B. P.; CAVINI, R. A.; ESCOBAR, H. E.; FARIA, H. M. A competitividade verde enquanto estratégia empresarial resolve o problema ambiental? Campinas: Unicamp. IE, jul. 2007. (Texto para discussão). Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/publicações/textos>. Acesso em: 07 de maio 2009.

RIBEIRO, Wagner Costa. **A Ordem ambiental internacional.** São Paulo: Contexto, 2001.

_____. Wagner Costa. **O Brasil na Ordem Ambiental Internacional.** In: RIBEIRO, Wagner Costa. (Org.). Patrimônio Ambiental Brasileiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

SPANGENBERG, J. H., BONNIOT, O. **Sustainability Indicators - A Compass on the Road Towards Sustainability.** Wuppertal Institute for Climate, Environment, Energy, Wuppertal Paper No 81, February 1998.

TENÓRIO, Fernando Guilherme; NASCIMENTO, Fabiano Christian Pucci do,; Fundação Getulio Vargas. **Responsabilidade social empresarial: teoria e prática.** 2. ed. Rio de Janeiro (RJ): 2006 Ed. da FGV.

THIMOTEO, Antônio C. A. **O uso e a importância dos indicadores de sustentabilidade nas organizações: Estudo de caso em empresas de energia elétrica.** Revista de gestão ambiental e sustentabilidade. São Paulo. SP, v. 4, n. 3, p. 4, 2015.

TREGENNA, F. Characterizing deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. **Cambridge Journal of Economics**, [s.l.] v. 33, 2009.

WCED (WORD COMMISSION ON ENVIRONMENT AN DEVELOPMENT). **Ourcommom future.** Oxford and New York: Oxford University Press, 1987.

SUSTAINABILITY, THE BUSINESS CHALLENGE OF SECTION XXI.

ABSTRACT

The study aimed at highlighting important facts about corporate sustainability, where O Boticário and Fibria companies were used as the object of study, therefore the challenges and benefits of implementing sustainable practices throughout the productive chain of organizations. The research reaffirmed all evolution of sustainable thinking and practices over the years. Important characteristics were highlighted in the

actions of these companies, such as stakeholder engagement, thorough choice of raw material and others. All this in order to prove that attitudes such as these influence the development of the organization in a conscious and sustainable way. With the results obtained, it is concluded that companies use sustainable practices because they feel responsible for the use of natural resources and for what they return to the environment. Soon, companies leave behind the threat of extinction and embrace privileged places in the competitive advantages in the current demanding market.

Key words: sustainable development, eco-efficiency, stackholders, competitive advantage.

ANEXO

(Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano e Relação dos países)

ANEXO A – Relatório de Brundtland

Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, reunida em Estocolmo de 5 a 16 de junho de 1972, tendo considerado a necessidade de uma visão comum e de princípios comuns para inspirar e guiar os povos do mundo na preservação e melhoria do ambiente humano.

Proclama que:

1. O homem é ao mesmo tempo criatura e moldador de seu ambiente, o que lhe dá sustento físico e a oportunidade de crescimento intelectual, moral, social e espiritual. Na longa e tortuosa evolução da raça humana neste planeta um estágio foi alcançado quando, através da rápida aceleração da ciência e da tecnologia, o homem adquiriu o poder de transformar seu ambiente de inúmeras maneiras e em escala sem precedentes. Ambos os aspectos do ambiente do homem, o natural e o artificial, são essenciais para o seu bem-estar e para o gozo dos direitos humanos básicos do direito à própria vida.
2. A proteção e a melhoria do ambiente humano é uma questão importante que afeta o bem-estar dos povos e o desenvolvimento econômico em todo o mundo; é o desejo urgente dos povos do mundo inteiro e o dever de todos os Governos.
3. O homem tem constantemente agido para somar experiências e ir descobrindo, inventando, criando e avançando. No nosso tempo, a capacidade do homem para transformar o seu entorno, se usado com sabedoria, pode trazer a todos os povos os benefícios do desenvolvimento e da oportunidade para melhorar a qualidade de vida.

Errada ou inconsideradamente aplicada, o mesmo poder pode causar danos incalculáveis aos seres humanos e ao meio ambiente humano. Vemos ao nosso redor crescente evidência de dano feito pelo homem em muitas regiões da terra: níveis perigosos de poluição de seres de água, ar, terra e de vida; distúrbios grandes e indesejáveis para o equilíbrio ecológico da biosfera; destruição e esgotamento de recursos insubstituíveis; e graves deficiências, prejudiciais para a saúde física, mental e social do homem, no ambiente feita pelo homem, especialmente na vida e ambiente de trabalho.

4. Nos países em desenvolvimento, a maioria dos problemas ambientais é causada por subdesenvolvimento. Milhões de pessoas continuam vivendo muito abaixo dos níveis mínimos necessários para uma existência humana decente, privadas de alimentação adequada e vestuário, abrigo e educação, saúde e saneamento. Portanto, os países em desenvolvimento devem dirigir seus esforços para o desenvolvimento, tendo em conta as suas prioridades e a necessidade de proteger e melhorar o meio ambiente. Para o mesmo efeito, os países industrializados devem envidar esforços para reduzir o fosso, em si mesmos e os países em desenvolvimento. Nos países industrializados, os problemas ambientais estão geralmente relacionados à industrialização e ao desenvolvimento tecnológico.

5. O crescimento natural da população apresenta continuamente problemas para a preservação do meio ambiente e políticas e medidas adequadas devem ser adaptadas, se necessário, para enfrentar esses problemas. De todas as coisas do mundo, as pessoas são o bem mais precioso. São as pessoas que impulsionam o progresso social, criam riqueza social, desenvolvem a ciência e tecnologia e, através de seu trabalho árduo, continuamente transformam o ambiente humano. Junto com o progresso social e o avanço da produção, ciência e tecnologia, a capacidade do homem para melhorar o ambiente aumenta a cada dia que passa.

6. Um ponto foi atingido na história em que devemos moldar nossas ações em todo o mundo com um cuidado mais prudente para as suas consequências ambientais. Por ignorância ou indiferença podemos causar danos maciços e irreversíveis ao ambiente terrestre em que a nossa vida e bem-estar dependem. Por outro lado, através de um conhecimento mais aprofundado e de ação mais sábia, nós podemos conseguir para nós mesmos e nossa posteridade uma vida melhor, em um ambiente de acordo com as necessidades humanas e esperanças. Existem amplas vistas para a melhoria da

qualidade ambiental e da criação de uma boa vida. O que é necessário é um estado entusiasmado, mas de espírito calmo e de trabalho intenso, mas ordenado. Com a finalidade de obter a liberdade no mundo da natureza, o homem deve usar o conhecimento para construir, em colaboração com a natureza, um ambiente melhor. Para defender e melhorar o ambiente humano para as gerações presentes e futuras tornou-se um objetivo imperativo para a humanidade a meta a ser perseguida em conjunto e em harmonia com os objetivos estabelecidos e fundamentais da paz e do desenvolvimento económico e social em todo o mundo.

7. Para atingir este objetivo ambiental exigirá a aceitação de responsabilidade por parte dos cidadãos e das comunidades e por empresas e instituições em todos os níveis, todos compartilhando equitativamente nos esforços comuns. Indivíduos em todas as esferas da vida, bem como as organizações em muitos campos, por seus valores e a soma de suas ações, irão moldar o ambiente do mundo do futuro.

Os governos locais e nacionais vai suportar o maior fardo para a política ambiental em larga escala e ação dentro de suas jurisdições. A cooperação internacional também é necessária a fim de levantar recursos para apoiar os países em desenvolvimento no cumprimento das suas responsabilidades neste campo. A crescente classe de problemas ambientais, porque eles são regionais ou globais em extensão ou porque eles afetam o domínio internacional comum, exigirá ampla cooperação entre as nações e ação das organizações internacionais de interesse comum.

A Conferência apela aos governos e povos para exercer esforços comuns para a preservação e melhoria do ambiente humano, em benefício de todas as pessoas e para sua posteridade.

Princípios

Afirma a convicção comum de que:

princípio 1

O homem tem o direito fundamental de liberdade, igualdade e condições adequadas de vida, em um ambiente de uma qualidade que permita uma vida de dignidade e bem-estar, e ele tem uma responsabilidade solene de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras. A este respeito, as políticas que promovem ou perpetuam o apartheid, segregação racial, a discriminação, colonial e

outras formas de opressão e de dominação estrangeira permanecem condenadas e devem ser eliminadas.

princípio 2

Os recursos naturais da terra, incluindo o ar, a água, a terra, a flora e a fauna e, especialmente representativas dos ecossistemas naturais, devem ser preservados em benefício das gerações presentes e futuras através do planejamento ou gestão cuidadosa, como apropriado.

princípio 3

A capacidade da Terra de produzir recursos renováveis vitais deve ser mantida e, sempre que possível restaurada ou melhorada.

princípio 4

O homem tem a responsabilidade especial de preservar e administrar judiciosamente o patrimônio da fauna e do seu habitat, que estão atualmente em grave perigo por uma combinação de fatores adversos. Conservação da natureza, incluindo a fauna silvestre, deve, portanto, receber importância no planejamento para o desenvolvimento económico.

princípio 5

Os recursos não renováveis da Terra devem ser utilizados de tal forma a evitar o perigo de seu futuro esgotamento e assegurar que os benefícios de tal emprego são compartilhados por toda a humanidade.

princípio 6

A descarga de substâncias tóxicas ou de outras substâncias e da liberação de calor, em tais quantidades ou concentrações como a exceder a capacidade do ambiente para torná-los inofensivos, deve ser interrompida, a fim de garantir que o dano sério ou irreversível não é infligidos sobre os ecossistemas. A justa luta dos povos dos países contra a poluição deve ser apoiada.

princípio 7

Estados-Membros tomarão todas as medidas possíveis para evitar a poluição dos mares por substâncias que são susceptíveis de criar riscos para a saúde humana, a

prejudicar os recursos vivos e à vida marinha, de prejudicar recreio ou de interferir com outras utilizações legítimas do mar.

princípio 8

Desenvolvimento econômico e social é indispensável para assegurar a vida favorável e ambiente para o homem de funcionamento e para criar as condições na terra que são necessárias para a melhoria da qualidade de vida.

princípio 9

Deficiências ambientais gerados pelas condições de subdesenvolvimento e os desastres naturais colocam graves problemas e pode ser compensada por um desenvolvimento acelerado através da transferência de quantidades substanciais de assistência financeira e tecnológica como um suplemento para o esforço interno dos países em desenvolvimento e a assistência oportuna como pode ser exigido.

princípio 10

Para os países em desenvolvimento, a estabilidade dos preços e dos rendimentos adequados para produtos primários e matérias-primas é essencial para a gestão ambiental, uma vez que fatores económicos, bem como os processos ecológicos devem ser levados em conta.

princípio 11

As políticas ambientais de todos os Estados-Membros deverão melhorar e não afetar adversamente o presente ou futuro potencial de desenvolvimento dos países em desenvolvimento, nem devem prejudicar a realização de melhores condições de vida para todos, e medidas adequadas devem ser tomadas pelos Estados e organizações internacionais, com vista a alcançar um acordo em atender as possíveis consequências económicas nacionais e internacionais resultantes da aplicação de medidas ambientais.

princípio 12

Os recursos devem ser disponibilizados para preservar e melhorar o meio ambiente, tendo em conta as circunstâncias e as necessidades especiais dos países em desenvolvimento e quaisquer custos que podem emanar de seus incorporando, salvaguardas ambientais em seus planos de desenvolvimento e a necessidade de

tornar disponível a eles, assistência técnica e financeira internacional adicional para esta finalidade.

princípio 13

A fim de alcançar uma gestão mais racional dos recursos e, assim, para melhorar o ambiente, os Estados deverão adaptar uma abordagem integrada e coordenada para seus planos de desenvolvimento, de modo a assegurar que o desenvolvimento seja compatível com a necessidade de proteger e melhorar o ambiente para o benefício de sua população.

princípio 14

Planejamento racional constitui um instrumento indispensável para conciliar qualquer conflito entre as necessidades de desenvolvimento e a necessidade de proteger e melhorar o meio ambiente.

princípio 15

O planejamento deve ser aplicado a assentamentos humanos e à urbanização com vista a evitar efeitos adversos sobre o ambiente e a obtenção de benefícios sociais, econômicos e ambientais máximos para todos. A este respeito projetos que Arc destinados à dominação colonialista e racista deve ser abandonada.

princípio 16

Políticas demográficas que são sem prejuízo dos direitos humanos fundamentais e que são considerados adequados pelos governos interessados devem ser aplicados nas regiões onde a taxa de crescimento da população ou concentrações populacionais excessivos são susceptíveis de ter efeitos adversos sobre o ambiente do ambiente humano e impedem o desenvolvimento.

princípio 17

Instituições nacionais apropriadas deve ser confiada a tarefa de planejar, administrar ou controlar os 9 recursos ambientais dos Estados com vista à melhoria da qualidade ambiental.

princípio 18

Ciência e tecnologia como partem de sua contribuição para o desenvolvimento econômico e social, deve ser aplicada à identificação, prevenção e controle de riscos

ambientais e a solução de problemas ambientais e para o bem comum da humanidade.

princípio 19

Educação em matéria de ambiente, para a geração mais jovem, bem como adultos, dando a devida atenção aos mais desfavorecidos, é essencial a fim de ampliar a base para uma opinião esclarecida e conduta responsável por indivíduos, empresas e comunidades para proteger e melhorar o ambiente na sua dimensão humana completa. É também essencial que os meios de comunicação evitem contribuir para a deterioração do meio ambiente, mas, pelo contrário, divulga informações de carácter educativo sobre a necessidade de projetar e melhorar o ambiente, a fim de permitir que mal se desenvolver em todos os aspectos.

princípio 20

Pesquisa e desenvolvimento no contexto dos problemas ambientais, tanto nacionais como multinacionais científicas, devem ser promovidos em todos os países, especialmente os países em desenvolvimento. Neste contexto, o livre fluxo de informações e transferência de experiência científica up-to-date deve ser apoiada e assistida, para facilitar a solução de problemas ambientais; tecnologias ambientais devem ser disponibilizadas aos países em desenvolvimento em condições que favoreçam sua ampla difusão sem constituir um encargo econômico nos países em desenvolvimento.

princípio 21

Os Estados, de acordo com a Carta das Nações Unidas e os princípios do direito internacional, o direito soberano de explorar seus próprios recursos segundo suas próprias políticas ambientais e a responsabilidade de assegurar que atividades sob sua jurisdição ou controle não causem danos ao meio ambiente de outros Estados ou de áreas além dos limites da jurisdição nacional.

princípio 22

Os Estados devem cooperar para desenvolver ainda mais a legislação internacional relativa à responsabilidade e indenização das vítimas de poluição e outros danos ambientais causados por atividades dentro da jurisdição ou controle de tais estados para áreas fora de sua jurisdição.

princípio 23

Sem prejuízo dos critérios que venham a ser acordados pela comunidade internacional, ou com as normas que terão de ser determinadas a nível nacional, será essencial em todos os casos, considerar os sistemas de valores predominantes em cada país, e a extensão da aplicabilidade de normas que são válidas para os países mais avançados, mas que podem ser inadequadas e ter custos sociais inaceitáveis para os países em desenvolvimento.

princípio 24

questões internacionais relativas à proteção e melhoria do ambiente deve ser tratado em um espírito de cooperação por todos os países, grandes e pequenos, em pé de igualdade.

A cooperação através de acordos multilaterais ou bilaterais ou outros meios adequados é essencial para controlar eficazmente, prevenir, reduzir e eliminar os efeitos ambientais adversos resultantes das atividades realizadas em todas as esferas, de tal forma que é tida em conta a soberania e os interesses de todos os Estados.

princípio 25

Membros devem assegurar que as organizações internacionais desempenham um papel coordenado, eficiente e dinâmico para a proteção e melhoria do ambiente.

princípio 26

Homem e seu ambiente devem ser poupados os efeitos das armas nucleares e todos os outros meios de destruição em massa. Membros têm de se esforçar para chegar pronto acordo, nos órgãos internacionais relevantes, sobre a eliminação e destruição completa de tais armas.

Reunião plenária 21

16 de junho de 1972

Capítulo 11

ANEXO B – Países participantes da Conferência de Estocolmo

Lista dos 113 países que assinaram o relatório de Brundtland			
Participante	Assinatura,	Ratificação, aceitação (A),	Entrada em vigor
	Sucessão de Assinatura (d)	de Aprovação (AA), adesão (a)	
Afeganistão		20/02/2013 (a)	21/05/2013
Albânia	05/12/2001	04/10/2004	02/01/2005
Argélia	05/09/2001	22/09/2006	21/12/2006
Angola		23/10/2006 (a)	21/01/2007
Antígua e Barbuda	23/05/2001	10/09/2003	17/05/2004
Argentina	23/05/2001	25/01/2005	25/04/2005
Armênia	23/05/2001	26/11/2003	17/05/2004
Austrália	23/05/2001	20/05/2004	18/08/2004
Áustria	23/05/2001	27/08/2002	17/05/2004
Azerbaijão		13/01/2004 (a)	17/05/2004
Bahamas	20/03/2002	03/10/2005	01/01/2006
Bahrain	22/05/2002	31/01/2006	01/05/2006
Bangladesh	23/05/2001	12/03/2007	10/06/2007
Barbados		07/06/2004 (a)	05/09/2004
Belarus		03/02/2004 (a)	17/05/2004
Bélgica	23/05/2001	25/05/2006	23/08/2006
Belize	14/05/2002	25/01/2010	25/04/2010
Benin	23/05/2001	05/01/2004	17/05/2004
Bolívia (Estado Plurinacional da)	23/05/2001	03/06/2003	17/05/2004
Bósnia e Herzegovina	23/05/2001	30/03/2010	28/06/2010

<u>Botswana</u>		28/10/2002 (a)	17/05/2004
Brasil	23/05/2001	16/06/2004	14/09/2004
Brunei Darussalam	21/05/2002		
Bulgária	23/05/2001	20/12/2004	20/03/2005
Burkina Faso	23/05/2001	31/12/2004	31/03/2005
Burundi	02/04/2002	02/08/2005	31/10/2005
Cabo Verde		01/03/2006 (a)	30/05/2006
Camboja	23/05/2001	25/08/2006	23/11/2006
Camarões	05/10/2001	19/05/2009	17/08/2009
<u>Canadá</u>	23/05/2001	23/05/2001	17/05/2004
Central Africano República	09/05/2002	12/02/2008	12/05/2008
Chade	16/05/2002	10/03/2004	08/06/2004
Chile	23/05/2001	20/01/2005	20/04/2005
<u>China 5</u>	23/05/2001	13/08/2004	11/11/2004
Colômbia	23/05/2001	22/10/2008	20/01/2009
Comores	23/05/2001	23/02/2007	24/05/2007
Congo	04/12/2001	12/02/2007	13/05/2007
Ilhas Cook		29/06/2004 (a)	27/09/2004
Costa Rica	16/04/2002	06/02/2007	07/05/2007
Côte d'Ivoire	23/05/2001	20/01/2004	17/05/2004
Croácia	23/05/2001	30/01/2007	30/04/2007
Cuba	23/05/2001	21/12/2007	20/03/2008
Chipre		07/03/2005 (a)	06/05/2005
czechia	23/05/2001	06/08/2002	17/05/2005
República Popular Democrática da Coreia		26/08/2002 (a)	17/05/2004
República Democrática do Congo		23/03/2005 (a)	21/06/2005
Dinamarca 6	23/05/2001	17/12/2003	17/05/2004
Djibouti	15/11/2001	11/03/2004	09/06/2004
Dominica		08/08/2003 (a)	17/05/2004
República Dominicana	23/05/2001	04/05/2007	02/08/2007

Equador	28/08/2001	07/06/2004	05/09/2004
Egito	17/05/2002	02/05/2003	17/05/2004
<u>El Salvador</u>	30/07/2001	27/05/2008	25/08/2008
Eritrea		10/03/2005 (a)	08/06/2005
<u>Estônia</u>		07/11/2008 (a)	05/02/2009
Etiópia	17/05/2002	09/01/2003	17/05/2004
<u>União Européia</u>	23/05/2001	16/11/2004 (AA)	14/02/2005
Fiji	14/06/2001	20/06/2001	17/05/2004
Finlândia	23/05/2001	03/09/2002 (A)	17/05/2004
França	23/05/2001	17/02/2004 (AA)	17/05/2004
Gabão	21/05/2002	07/05/2007	05/08/2007
Gâmbia	23/05/2001	28/04/2006	27/07/2006
Georgia	23/05/2001	04/10/2006	02/01/2007
Alemanha	23/05/2001	25/04/2002	17/05/2004
Gana	23/05/2001	30/05/2003	17/05/2004
Grécia	23/05/2001	03/05/2006	01/08/2006
<u>Guatemala</u>	29/01/2002	30/07/2008	28/10/2008
Guiné	23/05/2001	11/12/2007	10/03/2008
Guiné-Bissau	24/04/2002	06/08/2008	04/11/2008
Guiana		12/09/2007 (a)	11/12/2007
Haiti	23/05/2001		
Honduras	17/05/2002	23/05/2005	21/08/2005
Hungria	23/05/2001	14/03/2008	12/06/2008
Islândia	23/05/2001	29/05/2002	17/05/2004
<u>Índia</u>	14/05/2002	13/01/2006	13/04/2006
Indonésia	23/05/2001	28/09/2009	27/12/2009
Irão (República Islâmica do)	23/05/2001	06/02/2006	07/05/2006
Iraque		2016/08/03 (a)	06/06/2016
Irlanda	23/05/2001	05/08/2010	03/11/2010
Israel	30/07/2001		
Itália	23/05/2001		
Jamaica	23/05/2001	01/06/2007	30/08/2007
Japão		30/08/2002 (a)	17/05/2004
Jordânia	18/01/2002	08/11/2004	02/06/2005
Cazaquistão	23/05/2001	09/11/2007	07/02/2008
Quênia	23/05/2001	24/09/2004	23/12/2004

Kiribati	04/04/2002	07/09/2004	06/12/2004
Kuweit	23/05/2001	12/06/2006	10/09/2006
Quirguistão	16/05/2002	12/12/2006	12/03/2007
República Democrática Popular do Laos	05/03/2002	28/06/2006	26/09/2006
Letônia	23/05/2001	28/10/2004	26/01/2005
Líbano	23/05/2001	03/01/2003	17/05/2004
Lesoto	23/01/2002	23/01/2002	17/05/2004
Libéria		23/05/2002 (a)	17/05/2004
Líbia		14/06/2005 (a)	12/09/2005
Liechtenstein	23/05/2001	03/12/2004	03/03/2005
Lituânia	17/05/2002	05/12/2006	05/03/2007
Luxemburgo	23/05/2001	07/02/2003	17/05/2004
Madagáscar	24/09/2001	18/11/2005	16/02/2006
Malavi	22/05/2002	27/02/2009	28/05/2009
Malásia	16/05/2002		
Maldivas		17/10/2006 (a)	15/01/2007
Mali	23/05/2001	05/09/2003	17/05/2004
Malta	23/05/2001		
Ilhas Marshall		27/01/2003 (a)	17/05/2004
Mauritânia	08/08/2001	22/07/2005	20/10/2005
<u>Mauritius</u>	23/05/2001	13/07/2004	11/10/2004
México	23/05/2001	10/02/2003	17/05/2004
<u>Micronésia (Estados Federados da)</u>	31/07/2001	15/07/2005	13/10/2005
Monaco	23/05/2001	20/10/2004	18/01/2005
Mongólia	17/05/2002	30/04/2004	29/07/2004
Montenegro <u>z</u>	23/10/2006 (d)	31/03/2011	29/06/2011
Marrocos	23/05/2001	15/06/2004	13/09/2004
Moçambique	23/05/2001	31/10/2005	29/01/2006
Myanmar		19/04/2004 (a)	18/07/2004
Namíbia		24/06/2005 (a)	22/09/2005
Nauru	09/05/2002	09/05/2002	17/05/2004
Nepal	05/04/2002	06/03/2007	04/06/2007

<u>países</u> Baixos	23/05/2001	28/01/2002 (A)	17/05/2004
Nova Zelândia <u>8</u>	23/05/2001	24/09/2004	23/12/2004
Nicarágua	23/05/2001	01/12/2005	01/03/2006
Níger	12/10/2001	12/04/2006	11/07/2006
Nigéria	23/05/2001	24/05/2004	22/08/2004
Niue	12/03/2002	02/09/2005	01/12/2005
Noruega	23/05/2001	11/07/2002	17/05/2004
Omã	04/03/2002	19/01/2005	19/04/2005
Paquistão	06/12/2001	17/04/2008	16/07/2008
Palau	28/03/2002	08/09/2011	07/12/2011
Panamá	23/05/2001	05/03/2003	17/05/2004
Papua Nova Guiné	23/05/2001	07/10/2003	17/05/2004
Paraguai	12/10/2001	01/04/2004	30/06/2004
Peru	23/05/2001	14/09/2005	13/12/2005
Filipinas	23/05/2001	27/02/2004	27/05/2004
Polônia	23/05/2001	23/10/2008	21/01/2009
Portugal	23/05/2001	15/07/2004 (A)	13/10/2004
Catar		10/12/2004 (a)	10/03/2005
<u>República da Coreia</u>	04/10/2001	25/01/2007	25/04/2007
<u>República da Moldávia</u>	23/05/2001	07/04/2004	06/07/2004
Romênia	23/05/2001	28/10/2004	26/01/2005
<u>Federação Russa</u>	22/05/2002	17/08/2011	15/11/2011
Ruanda		05/06/2002 (a)	17/05/2004
São Cristóvão e Nevis		21/05/2004 (a)	19/08/2004
Santa Lúcia		04/10/2002 (a)	17/05/2004
São Vicente e Granadinas		15/09/2005 (a)	14/12/2005
Samoa	23/05/2001	04/02/2002	17/05/2004
São Tomé e Príncipe	04/03/2002	12/04/2006	11/07/2006
Arábia Saudita	14/03/2002	25/07/2012	23/10/2012
Senegal	23/05/2001	08/10/2003	17/05/2004
<u>Sérvia</u>	02/05/2002	31/07/2009	29/10/2009

Seychelles	25/03/2002	03/06/2008 (a)	01/09/2008
Serra Leoa		26/09/2003 (a)	17/05/2004
Cingapura	23/05/2001	24/05/2005	22/08/2005
<u>Eslováquia</u>	23/05/2001	05/08/2002	17/05/2004
<u>Eslovenia</u>	23/05/2001	04/05/2004	02/08/2004
Ilhas Salomão		28/07/2004 (a)	26/10/2004
Somália		26/07/2010 (a)	24/10/2010
África do Sul	23/05/2001	04/09/2002	17/05/2004
<u>Espanha</u>	23/05/2001	28/05/2004	26/08/2004
Sri Lanka	05/09/2001	22/12/2005	22/03/2006
Sudão	23/05/2001	29/08/2006	27/11/2006
Suriname	22/05/2002	20/09/2011	19/12/2011
Suazilândia		13/01/2006 (a)	13/04/2006
Suécia	23/05/2001	08/05/2002	17/05/2004
Suíça	23/05/2001	30/07/2003	17/05/2004
<u>República Árabe da Síria</u>	15/02/2002	05/08/2005	03/11/2005
Tajiquistão	21/05/2002	08/02/2007	03/05/2007
Tailândia	22/05/2002	31/01/2005	01/05/2005
A Antiga República Jugoslava da Macedónia	23/05/2001	27/05/2004	25/08/2004
Ir	23/05/2001	22/07/2004	20/10/2004
Tonga	21/05/2002	23/10/2009	21/01/2010
Trinidad e Tobago		13/12/2002 (a)	17/05/2004
Tunísia	23/05/2001	17/06/2004	15/09/2004
Peru	23/05/2001	14/10/2009	12/01/2010
Tuvalu		19/01/2004 (a)	17/05/2004
Uganda		20/07/2004 (a)	18/10/2004
Ucrânia	23/05/2001	25/09/2007	24/12/2007
Emirados Árabes Unidos	23/05/2001	11/07/2002	17/05/2004

Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	11/12/2001	17/01/2005	17/04/2005
República Unida da Tanzânia	23/05/2001	30/04/2004	29/07/2004
EUA	23/05/2001		
Uruguai	23/05/2001	09/02/2004	17/05/2004
<u>Vanuatu</u>	21/05/2002	16/09/2005	15/12/2005
<u>Venezuela (República Bolivariana da)</u>	23/05/2001	19/04/2005	18/07/2005
Viet Nam	23/05/2001	22/07/2002	17/05/2004
Iémen	05/12/2001	09/01/2004	08/04/2004
Zâmbia	23/05/2001	07/07/2006	05/10/2006
Zimbábue	23/05/2001	01/03/2012	30/05/2012